

CAIXA ECONÔMICA

Redução de tarifas pode chegar a 25%

A medida começa a valer a partir de segunda-feira para pessoas físicas e jurídicas

Eduardo Cucolo

Da Agência Estado

A Caixa Econômica Federal vai reduzir, a partir de segunda-feira, algumas tarifas para pessoas físicas e jurídicas em até 25%. O Banco do Brasil já havia anunciado a queda no preço de alguns serviços a partir da mesma data, seguindo orientação do governo, que abriu uma nova frente na disputa com os bancos.

Com o corte, o BB ficaria com as menores taxas entre as grandes instituições financeiras, por isso, a Caixa decidiu reduzir também seus preços. A tarifa de saque, por exemplo, vai cair de R\$ 1,30 para R\$ 1,15. Para DOC/TEDE, passará de R\$ 7,50 para R\$ 6,50. A taxa de operações de crédito recua de R\$ 43 para R\$ 38,20.

O banco também decidiu reduzir o preço da cesta padrão de serviços de R\$ 10,00 para R\$ 9,50 por mês. O BB havia cortado o preço dessa mesma cesta para R\$ 9,90. A Caixa vai manter, no entanto, o valor das outras cestas de serviços, que variam de R\$ 12,80 a R\$ 24,00. No concorrente estatal, o valor caiu para R\$ 38,00. Os bancos também anunciaram que vão isentar novos clientes da tarifa de cadastro, que é de R\$ 30,00 para pessoas físicas nos dois casos.

Segundo o presidente da Caixa, Jorge Hereda, o banco mantém a política de atuar com as melhores taxas do mercado. “Reduzimos em diversas oportunidades os nossos juros. Agora, promovemos redução das tarifas de serviços”, disse.

O vice-presidente de Finanças da Caixa, Márcio Percival, afirmou que a estratégia é a mesma utilizada na política de juros, de compensar a queda nos preços com o aumento na venda desses produtos e serviços para manter receitas.

As tarifas bancárias são reguladas pelo BC, que permite o reajuste dos serviços prioritários e do pacote básico a cada 180 dias. Qualquer aumento precisa ser informado, no mínimo, com 30 dias de antecedência aos clientes. A redução de preços, no entanto, pode ser feita a qualquer momento.

Nas últimas semanas, os bancos públicos anunciaram novos cortes de juros, lançamento de mais linhas de crédito e redução nas taxas de fundos de investimentos. E devem anunciar mais

mudanças neste mês.

O Ministério da Fazenda continua cobrando dos bancos mais cortes de juros. Em relação às tarifas, o governo determinou a redução depois que o jornal “O Estado de S. Paulo” publicou reportagem mostrando que os bancos públicos fizeram reajustes neste ano.

A Caixa já ampliou sua carteira de empréstimos em 17,5% desde março, um mês antes de começar a política agressiva de redução de taxas. Com isso, aumentou sua participação no mercado de crédito de 13% para 14,3% até agosto. A inadimplência segue estável há 12 meses. A instituição liberou R\$ 103,7 bilhões em empréstimos nesses meses, 35,2% a mais do que em igual período de 2011.

Cade: acordo com BB em caso do consignado

Eduardo Rodrigues

Da Agência Estado

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) aprovou nesta quarta-feira a proposta de Termo de Cessação de Conduta (TCC) apresentada pelo Banco do Brasil no caso da exclusividade na concessão de crédito com desconto em folha de pagamento de servidores públicos. O BB deixará de exigir cláusula de exclusividade nos contratos de crédito consignado

atuais e não incluirá o dispositivo em documentos futuros. A instituição ainda propôs o depósito de R\$ 100 milhões em contribuições pecuniárias.

“Os servidores públicos afetados estarão livres para assinar contratos de crédito com desconto em folha com quaisquer outras instituições financeiras”, afirmou o conselheiro relator do caso, Marcos Paulo Veríssimo.

Em agosto do ano passado, o órgão antitruste suspendeu os contratos de crédito consignado

do banco com cláusulas de exclusividade para servidores. Mas a Federação Interstadual dos Servidores Públicos Municipais e Estaduais (Fesempre) acusou o BB de continuar celebrando contratos nessas condições.

Por isso, o documento aprovado nesta quarta-feira também prevê que o BB pague R\$ 35 milhões em multas pelo descumprimento de medida cautelar e ainda deposite R\$ 65 milhões para o Fundo de Defesa de Direitos Difusos do Ministério da Justiça, to-

talizando R\$ 100 milhões. Além disso, a Fesempre poderá atuar como fiscal privado do acordo.

O TCC prevê que o Banco do Brasil notifique individualmente em até 30 dias todos os órgãos públicos que têm contratos com a instituição para o pagamento de salários dos servidores. O acordo suspende o processo administrativo no órgão antitruste, e o BB também se comprometeu a desistir de todas as ações judiciais sobre a questão que ainda tramitam nos tribunais.

SALDO DEFICITÁRIO

BC registra queda de R\$ 12,185 bi no resultado do compulsório

O saldo dos depósitos compulsórios no Banco Central (BC) caiu R\$ 12,185 bilhões na semana passada, de acordo com dados do BC. O estoque somou R\$ 353,189 bilhões na última sexta-feira. No final de setembro, o estoque estava em R\$ 365,374 bilhões. Em relação ao final de agosto, a redução no saldo já

chega a R\$ 28,835 bilhões.

Desde o fim de setembro, os compulsórios têm recuado principalmente por causa das mudanças anunciadas pelo BC no último dia 14, que estão entrando gradualmente em vigor. Na semana passada, houve queda de R\$ 10,419 bilhões no estoque da exigibilidade adi-

cional e de R\$ 2,095 bilhões no compulsório sobre recursos à vista. Os saldos sobre poupança e depósitos a prazo registraram pequena alta.

Considerado um dos principais seguros do País contra crises de falta de liquidez, o compulsório terminou 2011 no maior nível da história: R\$ 448,542

bilhões. Desde então, esse saldo já recuou R\$ 95,353 bilhões, ou 21%. A redução do porcentual de depósitos que os bancos têm de enviar para o BC é uma das pedidas do setor bancário para que possam reduzir a taxa de juros cobrada nos empréstimos a empresas e consumidores pessoas físicas.

TRABALHO

Emprego industrial mantém estabilidade

O emprego na indústria brasileira recuou 0,1% na passagem de julho para agosto, na série livre de influências sazonais, informou nesta quarta-feira o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Na comparação com agosto de 2011, houve queda de 2,0% em agosto deste ano. No acumulado de 2012, os postos de trabalho na indústria diminuíram 1,4%. Em 12 meses, o emprego industrial acumulou queda de 1,0%.

O número de horas pagas aos

trabalhadores da indústria ficou estável na passagem de julho para agosto. Em julho, as horas pagas tinham crescido 0,3%, interrompendo quatro meses de taxas negativas consecutivas, uma perda acumulada de 2,8%. Em relação a agosto de 2011, o número de horas pagas recuou 2,6%, a 12ª taxa negativa seguida. No ano, o indicador acumula perda de 2,1% e, em 12 meses, houve queda de 1,9% em agosto.

Folha - A folha de pagamen-

to real dos trabalhadores da indústria aumentou 2,2% na passagem de julho para agosto. O resultado elimina a redução de 1,1% registrada no mês anterior, segundo o IBGE.

Na comparação com agosto do ano passado, a folha de pagamento teve expansão de 1,7%, o 32º resultado positivo consecutivo nesse tipo de comparação. No ano, a folha registra avanço de 3,4%, e, em 12 meses, a alta acumulada é de 3,2%.

COPOM

Corte da Selic não foi unânime

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) surpreendeu o mercado financeiro e diminuiu mais uma vez, na noite de ontem, a taxa básica de juros (Selic) em 0,25 ponto percentual, chegando a 7,25%. Foi a décima reunião consecutiva em que o colegiado de diretores do BC optou pelo afrouxamento da política monetária, de modo a incentivar o crescimento da atividade econômica.

De agosto do ano passado, quando a taxa estava em 12,50% ao ano, a Selic perdeu 5,25 pontos percentuais até chegar aos atuais 7,25% - uma queda equivalente a 42% - e renovou pela terceira vez o patamar de juro básico mais baixo da história do Copom, desde 1996, quando foi criada a taxa.

O BC informou que a redução de 0,25 ponto percentual teve 5 votos a favor, enquanto três diretores optaram por manter a taxa nos atuais 7,50%. O Copom explica que “considerando o balanço de riscos para a inflação, a recuperação da atividade doméstica e a complexidade que envolve o ambiente internacional”, entende que “a estabilidade das condições monetárias por um período de tempo suficientemente prolongado é a estratégia para garantir a convergência da inflação para a meta”.

IGP-M

Índice desacelera na primeira prévia de outubro

A primeira prévia do Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M) de outubro teve alta de 0,31%, ante uma variação de 0,59% no mesmo período de apuração do mês anterior. A taxa anunciada nesta quarta-feira ficou dentro do intervalo previsto nas estimativas do mercado financeiro (0,15% a 1,09%) e abaixo da mediana projetada, de 0,49%.

O Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA) registrou variação de 0,29%, na primeira prévia de outubro. No mesmo período do mês de setembro, a taxa foi de 0,75%. A taxa de variação do índice referente a Bens Finais avançou de 0,57% para 0,81%. Contribuiu para este movimento o subgrupo alimentos processados, cuja taxa passou de 1,85% para 3,13%. No estágio dos Bens Intermediários, a taxa de variação passou de 0,53% para 0,72%. A principal contribuição para esta aceleração partiu do subgrupo materiais e componentes para a manufatura, que passou de 0,40% para 0,75%.

O índice referente a Matérias-Primas Brutas registrou variação de -0,79%. No mês anterior, a taxa foi de 1,23%. Os itens que mais influenciaram a trajetória deste grupo foram: soja (em grão) (3,48% para -3,28%), milho (em grão) (1,62% para -3,71%) e aves (5,58% para 1,03%). Com taxas em sentido ascendente, destacam-se: café (em grão) (-4,63% para 2,03%), mandioca (aipim) (0,73% para 11,70%) e bovinos (1,11% para 2,59%).

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC) apresentou, na primeira

A variação registrada

para o mês ficou em

0,31%. Bens finais e

Alimentação andaram

na direção contrária

prévia do mês, uma alta de 0,41%. No mesmo período do mês anterior, a taxa foi de 0,29%. Sete das oito classes de despesa componentes do índice apresentaram acréscimo em suas taxas de variação: Vestuário (-0,72% para 0,05%), Comunicação (-0,02% para 0,59%), Alimentação (0,53% para 0,66%), Habitação (0,40% para 0,52%) e Educação, Leitura e Recreação (-0,13% para 0,19%), Despesas Diversas (0,09% para 0,27%) e Saúde e Cuidados Pessoais (0,34% para 0,38%). Para cada uma destas classes de despesa, destacam-se os itens: roupas (-1,27% para 0,01%), tarifa de telefone móvel (0,06% para 1,33%), carnes bovinas (0,51% para 2,72%), empregada doméstica mensalista (0,22% para 0,96%), passagem aérea (-4,59% para 3,80%), alimentos para animais domésticos (-0,49% para 1,17%) e artigos de higiene e cuidado pessoal (-0,04% para 0,78%), respectivamente.

Em sentido contrário à tendência do índice, apresentou recuo em sua taxa de variação o grupo Transportes, cuja taxa passou de 0,43% para 0,11%. Nesta classe de despesa, a maior contribuição partiu do item automóvel novo (1,35% para 0,31%).

IPC

Arroz lidera a alta de 0,68%

A Fipe detectou na primeira quadrissemana de outubro inflação disseminada entre os vários grupos que compõem o Índice de Preços ao Consumidor (IPC), mas o aumento de Alimentação é o que mais chama a atenção, segundo a avaliação do coordenador do índice, Rafael Costa Lima. “Fora Alimentação, os demais estão em alta moderada”, afirmou Costa Lima. Enquanto o índice passou de 0,55% para 0,68% entre o fechamento de setembro e a primeira apuração de outubro, o grupo Alimentação acelerou de 1,74% para 2,05%. “Nesta primeira quadrissemana, tivemos uma explosão de preços industrializados nos derivados de carne”, alertou.

O coordenador afirmou que o grupo continua acusando o golpe da disparada dos preços das commodities no início do segundo semestre. Dentro de Alimentação, o subgrupo Industrializados, que é o de maior peso naquela classe de despesa, subiu de 1,51% para 1,85%, puxado por derivados de carne (de 4,77% para 6,91%), por sua vez pressionados pelos preços da linguça (10,28%). “Tudo por causa do milho, o principal componente da ração”, comentou.

Entre os Semielaborados

(4,99%), as carnes bovinas aceleraram em ritmo mais comedido (4,43% para 4,57%) e entre os cereais a alta do arroz (10,28%) continua em destaque. “É a principal alta do IPC em termos ponderados”, revelou Costa Lima. O arroz liderou o ranking dos itens que mais contribuíram com a inflação no período, respondendo por 10,55% do IPC de 0,68%.

Os in natura “continuam ajudando do grupo”, disse Costa Lima, ainda que tenham reduzido a deflação de 0,60% para 0,53%, em razão do avanço de Frutas (3,29% para 3,76%). Em contrapartida, Legumes ampliaram a queda (-12,07% para 12,17%) e Tubérculos subiram menos (18,25% para 14,96%). O grupo Alimentação Fora do Domicílio (-0,62% para -0,09%) continua bem comportado, mas também recua com menos força, uma vez que o aumento de 1,19% em Refeição está reduzindo o efeito benéfico da queda nos preços de Lanche (-5,14%).

Diante da surpresa com Alimentação na primeira quadrissemana, o coordenador elevou sua expectativa para o grupo no fechamento de outubro de 1,51% para 1,89%, e também para o IPC, de 0,60% para 0,69%.

ETANOL

Mistura da gasolina deve mudar em 2013

O diretor da Agência Nacional do Petróleo (ANP) Helder Queiroz confirmou para 1º de junho a data prevista pelo governo para elevar a mistura de etanol anidro na gasolina, com o prazo podendo ser antecipado caso haja oferta de etanol suficiente para atender à demanda.

Queiroz, no entanto, declinou de comentar detalhes, já que o as-

sunto não é de sua competência dentro da agência. O ministério de Minas e Energia teria estabelecido, há algumas semanas, o prazo para o aumento da mistura de 20% para 25% em 1º de junho, mas não fez o anúncio oficial.

A elevação da mistura poderia ser antecipada em um par de meses a depender do resultado da

próxima safra, que se inicia em abril. O aumento da mistura vai ao encontro dos anseios da Petrobras, já que haveria redução do consumo de gasolina. Para atender ao mercado interno, a Petrobras está importando volumes grandes de gasolina no mercado exterior a preços acima dos praticados internamente, tendo prejuízo na área.

EDITAL Federação dos Servidores Públicos Municipais do Estado do Rio de Janeiro - CNPJ 00.552.472/0001-57 Registro Sindical/ MTE situada a Rua Alcindo Guanabara 24, Sala 1805 Centro - Rio de Janeiro/ RJ - CEP: 20013-130 - Edital do Processo Eleitoral - A Comissão Eleitoral da FESEP/RJ no uso de suas atribuições, em conformidade com o Regulamento Eleitoral da Federação, convoca todas as Entidades Sindicais filiadas em dia com suas obrigações estatutárias, a participarem do Processo Eleitoral para preenchimento dos cargos de Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e de Delegados junto a CSPB, no quadriênio 2012/2016, que se dará com prazos e dias conforme o calendário Eleitoral, a seguir discriminado: 1) Local e horário de funcionamento da Comissão Eleitoral: Av. Presidente Vargas nº 418, 17º andar, Sala 1704, Centro, Rio de Janeiro/RJ, das 13h00m às 17h00m; 2) Pedido de registro de Chapa(s): de 15/10/2012 a 30/10/2012; 3) Registro de Chapa(s): 30/10/2012 às 17h00h; 3) Publicação de Chapa(s) registrada(s): 01/11/2012; 4) Pedido de impugnação de Candidato(s) ou Chapa(s): de 02/11/2012 a 06/11/2012; 5) Apresentação de defesa de impugnação: 08 e 09/11/2012; 6) Apreciação de pedido de impugnação: 10 e 11/11/2012; 7) Parecer sobre Impugnação: 11/11/2012 às 16:30; 8) Substituição de candidato(s) impugnado(s): 13/11/2012; 9) Correção de Chapa: 15/11/2012; 10) Substituição de candidato(s) presente(s): 16/11/2012; 11) Homologação de Chapa(s): 20/11/2012; 12) Local e data da votação: Sindicato dos Trabalhadores da Empresa dos Correios e Telégrafos do Rio de Janeiro (SINTECT/RJ) situado à Av. Presidente Vargas nº 502, 14º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, no dia 28/11/2012 das 09h00m às 17h00m. Rio de Janeiro/RJ, 09 de outubro de 2012. Comissão Eleitoral da FESEP/RJ.